

PORQUE ESTUDAR O PERFIL PROFISSIONAL?

Pedro SIMÕES*

- RESUMO: O presente artigo busca discutir as relações existentes entre o perfil profissional dos assistentes sociais e a prática por eles desenvolvidas. Tanto nacionalmente quanto internacionalmente o perfil profissional é enfocado, de forma privilegiada, através da discussão de gênero e religião. No entanto, pouca relevância é conferida a elementos como a motivação para o ingresso no curso, a relação entre o perfil profissional e a ação assistencial e os elos morais existentes entre os assistentes sociais e seus usuários. Toda a argumentação apresentada no texto tem como parâmetro o debate sobre a ação dos assistentes sociais na literatura das Ciências Sociais. Além disso, uma questão central norteia todo o texto: os valores, dos quais os assistentes sociais são portadores, são um meio ou o fim da ação profissional?
- PALAVRAS-CHAVE: Perfil Profissional; Serviço Social; Valores; Ação Racional.

É realmente relevante a pesquisa sobre o perfil profissional dos assistentes sociais? Na literatura brasileira não são encontradas muitas referências sobre o perfil dos assistentes sociais e de outras categorias profissionais. Medicina, Engenharia e Advocacia são atividades profissionais mais investigadas, dadas as suas características de profissões no sentido clássico do termo (WEBER, 1994) ou, "profissões imperiais", como afirma Coelho (1999).

Na literatura nacional, o perfil dos assistentes sociais não despertou interesse nem mesmo entre seus próprios membros. Poucos são os estudos que chegaram a ter algum destaque ao tratar do tema. Além disso, chama atenção o caráter circunscrito e historicamente datado das pesquisas sobre o assunto: os estudos de Carvalho (in CARVALHO; IAMAMOTO, 1982), Backx (1994), Vieira (1984) referem-se todos ao período dos anos 1930, década em que é considerada a profissionalização do Serviço Social no Brasil. Deste modo, o estudo do perfil profissional recai, sobretudo, sobre os "pioneiros" da profissão.

Por estas características, a literatura não avança no sentido de tentar explicar as razões de escolha da profissão "Serviço

* Professor da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ. E-mail: psimoes@ess.ufrj.br.

Social". Além disso, não houve acompanhamento das mudanças, alterações e continuidades do perfil dos assistentes sociais, assim como não se incorporou, na pauta da agenda de debates da profissão, as influências e repercussões do perfil profissional para a própria prática dos assistentes sociais.

Alguns estudos isolados enfocaram o perfil profissional. Um exemplo é a tese de doutorado de Silva (1991) que recuperou o perfil dos assistentes sociais marxistas que mais se destacaram na profissão nos anos oitenta, a partir da história de vida de cada um deles. Outro estudo foi a pesquisa, baseada em entrevistas, realizada pelo Dieese (1995) com os assistentes sociais mais influentes no Brasil. Nenhuma destas duas pesquisas teve grande repercussão na categoria profissional e não serviram de base para outras investigações na área.

O reconhecimento da ausência de dados sobre o tema do perfil profissional ficou claro na pesquisa realizada pelo CFESS em 2005. De abrangência nacional, a pesquisa trouxe dados novos sobre o perfil dos assistentes sociais. No entanto, os resultados divulgados pela equipe de trabalho não exploram todo o potencial do material, assim como a formulação e o tratamento geral dos dados apresentaram limitações muito significativas.

Panorama diferente é encontrado na literatura, principalmente, de língua inglesa. Há muitos trabalhos que reconhecem a importância da religião e da espiritualidade para o Serviço Social (PHILPOT, 1986; LOEWENBERG, 1988; HUGEN, 1998, CROMPTON, 1998; CANDA; FURMAN, 2000; HOOK, HUGEN; AGUILAR, 2001; MOSS, 2002 entre muitos outros) e do caráter de gênero da profissão (WALTON, 1975; BROOK; DAVIES, 1985; WILLIAMS, 1995; CHRISTIE, 1998; SCOURFIELD, 2002; ORME, 2002), embora não discutam outras características do perfil profissional, sobretudo a origem social dos mesmos.

Sem explorar dados nacionais sobre o perfil profissional, a literatura nacional busca também estabelecer algumas interpretações para a predominância feminina na profissão (HECKERT, 1991; LEGAULT, 1991; SANTOS, 2004; SILVA, 1993; 1995; VELOSO, 2001) e, em quantidade ainda menor de casos, da influência religiosa entre os assistentes sociais e no Serviço Social (GUIMARÃES, 2005; SILVA, 2005; SIMÕES, 2005 e 2007). De todo modo, seja nacionalmente, seja na bibliografia internacional, não há discussão da relação do perfil profissional com os dilemas

colocados pela literatura externa à profissão, oriunda da análise de sociólogos, antropólogos e historiadores sobre a prática assistencial e a atuação dos assistentes sociais.

Desta forma, o presente artigo busca sumarizar alguns destes dilemas, reafirmando a necessidade de estudo do perfil profissional, em seus aspectos mais evidentes, como a predominância feminina e as contribuições dos valores e crenças religiosos como, também, da forma como elementos do perfil profissional contribuem para configuração de um *ethos* de intervenção identificado como paternalista, tutelar, etc.

Análise da Literatura

O primeiro aspecto possível de ser abordado sobre o perfil profissional são as **motivações** para ingresso na profissão. Duas hipóteses podem ser levantadas: a primeira, aposta que são os valores, religiosos, políticos, de origem social e de gênero (ou outros que sejam considerados relevantes), estão na base da motivação para a escolha profissional; a segunda coloca em foco a busca de ascensão social dos assistentes sociais. Neste caso, o que mais pesa na escolha do curso não são os valores, mas a capacidade que o curso disponibiliza para aqueles que nele ingressam, de acesso a um curso de nível superior e com formação de baixo custo. Esta combinação de fatores é a chance que os alunos deste curso têm de exercerem uma atividade intelectual, com *status* e renda superiores aos de suas famílias de origem. No primeiro caso, a escolha da profissão era uma ação baseada em valores¹; no segundo, uma ação instrumental.

Há uma hipótese alternativa de conciliação entre as duas anteriores: quando a opção pelo Serviço Social ocorre entre as profissões possíveis de acesso a famílias com certa origem social (baixa) e entre aquelas que mais se afinam com seus valores. Estes últimos seriam, ao fim e ao cabo, uma forma de justificar a escolha de uma profissão de baixo *status* social. O mesmo ocorre com aqueles que recorrem aos cursos de Pedagogia e Enfermagem. Ambos são também cursos de nível superior e com baixo status social.

¹ Esta hipótese foi por mim defendida no livro "Assistentes Sociais e Religião" (SIMÕES, 2005) e está posta, uma vez mais, em questão.

A pergunta típica do porque pela escolha de Enfermagem e não de medicina é exemplar quanto a este ponto. A justificativa dos valores morais, já fortes na medicina, mas ainda mais na Enfermagem, são a aparência de uma ótima escolha para um grupo social que vê neste curso a chance de ascensão e de não se restringir às atividades não-intelectualizadas, rotineiras e braçais. Enquanto a primeira hipótese baseia-se em argumentação francamente vinculada ao pensamento de Pierre Bourdieu; a segunda, ancora-se na tradição da sociologia da ação racional.

O que está em jogo nesta distinção não são apenas duas possibilidades de interpretação das motivações para a escolha da profissão, mas a definição de caminhos metodológicos específicos para atingir a este fim. A tradição da ação racional, defendida por autores como R. Boudon (1977, 1971 e 1995) ilustrada pela busca de ascensão social, diverge inteiramente daquela seguida por P. Bourdieu (2004 e in ORTIZ, 1983) que preconiza a base de valores para a busca das profissões.

O segundo aspecto, vinculado ao primeiro, refere-se **a relação entre o perfil profissional e a ação assistencial**. Neste caso, o que está em questão é o quanto a prática dos assistentes sociais é impregnada, seja pelos valores da socialização primária, seja pela busca de ascensão e afirmação social dos mesmos. A hipótese aqui defendida é a de que o perfil profissional está em consonância com o que os assistentes sociais usualmente realizam em suas práticas. Se esta hipótese for verdadeira, então, a regularidade das ações desenvolvidas pelos assistentes sociais gera uma imagem profissional que serve de referência para aqueles que a buscam. Desse modo, há uma relação entre as motivações para a escolha da profissão, o perfil profissional e a prática dos assistentes sociais.

A maioria feminina na profissão é um exemplo deste efeito de retro-alimentação. O Serviço Social permanece extremamente feminino não apenas porque há associação na cultura brasileira entre a idéia do serviço e do cuidado com os âmbitos da casa, ou seja, com o universo feminino (DAMATA, 2000), mas porque a prática desenvolvida pelos assistentes sociais (melhor seria dizer pelas assistentes sociais) é identificada, ela também, com este universo, atraindo assim, mais mulheres para a profissão.

Opera-se aqui com a perspectiva do possível. O Serviço Social é uma das profissões possíveis para o grupo social que a

busca: marcadamente feminino, religioso e de baixa origem social. A profissão torna-se, assim, uma expressão das ambições e dos valores da categoria profissional, ou mais especificamente, da utopia possível para o grupo social que a compõem.

A defesa “intransigente dos direitos humanos” ou a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária”, tal como se encontra no Código de Ética Profissional (1993), seria uma marca, não dos valores de gênero ou religiosos dos assistentes sociais, mas da origem social dos profissionais. Assim, a vinculação de um “projeto profissional” a um “projeto societário”, em que se idealiza uma sociedade sem exploração de classes, sem preconceitos, democrática, justa, etc. mais do que uma realização possível para a categoria, é a expressão dos anseios e desejos de uma camada específica da sociedade: aquela que consegue ter mobilidade social, alcança níveis médios na hierarquia social, desfruta de uma posição de estabilidade social (lembrando que o grande empregador dos assistentes sociais é o governo) e encontra-se na posição de executora de políticas sociais, ou seja, dos mecanismos legais de justiça social.

Propostas semelhantes de ação transformadora são encontradas entre os Pedagogos que têm um perfil profissional semelhante aos dos assistentes sociais. Esta constatação é um indicativo de que os valores expressos em termos profissionais são, na verdade, expressões dos valores de origem social de um tipo de profissional: aquele que ingressa nas profissões como Serviço Social e Pedagogia.

Seguindo esta linha de raciocínio, duas questões se colocam: porque e como se estabelece e se consolida a relação entre o perfil e a prática profissional. No primeiro caso, a resposta está na hipótese de que o Serviço Social é uma profissão baseada em valores; no segundo, é necessário investigar quais os valores que impregnam a prática profissional para identificar com que intensidade isto ocorre. Ambas as teses já foram apresentadas no livro “Assistentes Sociais e Religião”, para analisar esta relação, especificamente, para o caso dos valores e crenças religiosas. No entanto, as conclusões lá encontradas podem ser inferidas para outros valores que, ao fazerem parte do perfil dos profissionais de Serviço Social, passam também a fazer parte da prática profissional.

Um terceiro caminho a ser investigado são os *elos morais* construídos entre os assistentes sociais e a população usuária de seus serviços, decorrente da forma pessoalizada da intervenção profissional. Para Marshall, assistência social “refere-se a um serviço que é pessoal, e de caráter geral, ao invés de especializado” (1965, p. 148). Mais do que uma simples intervenção técnica, a prática dos assistentes sociais utiliza-se da influência pessoal do próprio agente, como instrumento da ação assistencial. Esta influência já havia sido identificada desde a obra de Tocqueville “Ensaio sobre a Pobreza”. Nesta obra o autor afirma que, enquanto a “caridade” privada criava um elo moral entre o assistente e o assistido, a “caridade” pública, especificamente aquela referida à Lei dos Pobres, era impessoal.

O pobre, ao receber uma ajuda à qual ele não tinha o direito de exigir e a qual ele talvez não tenha esperança de obter, sente-se extremamente grato. Um elo moral é estabelecido entre estas duas classes (cujos interesses e paixões tão freqüentemente conspiram para separá-las) e, embora separadas pelas circunstâncias, elas são reconciliadas de boa vontade. Isto não ocorre com a caridade legal, que faz com que a assistência aos pobres persista, mas elimina a moralidade. (TOCQUEVILLE, 2003, p. 100).

A consequência da existência destes elos está em que o pobre torna-se grato àquele que o ajuda e, desta forma, sente-se inferiorizado frente ao seu benfeitor. Esta relação tem caráter de transitoriedade, pois é, decorrente de condição de necessidade, igualmente temporária. O “benfeitor” não ajudará indefinidamente, mas até quando exista real necessidade para tal ou até quando ele possa. Não cabe aqui a análise, em detalhe, da posição de Tocqueville frente à assistência social, francamente vinculada à tradição liberal. O importante é situar mais um campo de análise relevante ao estudo do perfil profissional, visto que, mesmo entre os assistentes sociais profissionais e que atuam no setor público, também é possível identificar elos morais entre os assistentes e os assistidos.

Castel (1995) refere-se a vínculo moral entre assistido e assistente, como uma **ação tutelar**. Para o autor, este tipo de ação teve seu ponto de partida no século XIX, especificamente na

França, quando os cuidados das “classes inferiores”, são realizados por uma política “sem Estado”, na qual as elites sociais são as responsáveis pela beneficência e pela caridade.

A beneficência é, entretanto, uma forma de tutela baseada em um dever moral com a ordem pública, é uma ação ética, e não necessariamente política. Assim como o pobre, na concepção de Tocqueville, deve incorporar sua condição de inferioridade, na ação tutelar, a beneficência está voltada para os grupos em situação de minoridade. Os grupos assistidos são aqueles que precisam de ajuda, pois estão na mesma condição da criança que não se basta a si mesma, dependente de terceiros para o provimento de suas necessidades.

Uma política moral é necessária, ou, o que dá no mesmo, uma política social é necessariamente de natureza moral, na medida em que está voltada a grupos em situação de minoridade. Esta analogia entre o povo e a criança é o leitmotiv de todos aqueles que se debruçam sobre o destino das classes inferiores... (CASTEL, 1995, p. 305).

Por outro lado, na ação profissional e, mesmo pública, em que existe um contrato social estabelecido entre assistido e assistente, há também uma ação tutelar. No entanto, esta nova tutela se dá pelo desnivelamento entre os sujeitos da ação que impede uma troca recíproca entre eles: entre o rico e o indigente, o competente e o ignaro, o médico e o louco, o civilizado e o indígena. Estas tutelas, que podem ser passageiras ou permanentes, revelam e traduzem a legitimidade do saber, em contexto de especialização do trabalho.

Sennett (2001) afirma que o elo moral existente entre o assistente e o assistido pode se traduzir em ação **paternalista**. Para o autor, o paternalismo é uma forma de dominação masculina em que o “patrão” confunde-se com a figura do pai. Na sociedade paternalista, os “pais” não podem assegurar a seus “filhos” um lugar conhecido no mundo, mas podem agir como seus protetores. Assim, os assistentes sociais, ou melhor, os profissionais responsáveis pela assistência social, ao agirem na busca de garantia dos direitos de seus usuários, podem também agir como seus protetores, assumindo a figura de “pai”, ou de “mãe”.

Há um pressuposto na ação paternalista, enfatizado por Sennett, que afirma que a eficácia do “pai” substituto só ocorre onde o pai natural havia fracassado e se a liberdade da pessoa em tratamento, ou objeto da ajuda, for cerceada. Isto significa que o assistido deve obediência ao seu assistente, pois é este último que sabe o que o assistido deve fazer para poder ser ajudado. O assistente pode e deve influenciar, aconselhar, encaminhar, (des)motivar, etc. o seu assistido, mas a recíproca não é verdadeira. Há uma clara relação de oposição entre autonomia e liberdade *versus* assistência. O que está em jogo é a ação moral que o assistente exerce sobre o assistido, o que retira deste último, a liberdade de escolha e de ação, como decorrência da aceitação da ajuda recebida.

O mesmo autor argumenta que independente da relação paternalista, possível de ser estabelecida entre assistente e assistido, a assistência social estabelece uma necessária relação de dependência social. Na visão liberal, a necessidade de assistência é, ao mesmo tempo, o reconhecimento de um fracasso pessoal. O melhor dos mundos, nesta perspectiva, é de que ninguém precisasse depender dos outros e, muito menos do Estado, portanto, que as pessoas se bastassem a si mesmas e que fossem auto-suficientes. Nesta linha de pensamento, a dependência ao governo gera uma infantilização dos adultos, fazendo com que eles se comportem como crianças. Novamente, há um desnivelamento entre o assistente e o assistido, provocando ação desnivelada entre ambos e fazendo com que os usuários da assistência sejam vistos, pelos seus “benfeitores”, como necessitados de ajuda, infantilizados, inferiores, carentes, dependentes, etc.

Assim como os assistentes sociais podem assumir uma posição paternalista, tutelar e superior aos seus assistidos, há também formas específicas destes últimos lidarem com a assistência. Quem discute esta outra perspectiva é Paugan, em seu livro “Desqualificação Social” (2003). Neste livro, o autor enfatiza três formas como os assistidos lidam com a assistência social e estas formas definem grupos específicos, ou tipos ideais, de usuários: os fragilizados, os assistidos e os marginalizados.

Sem entrar na discussão das características que demarcam cada um dos tipos, é preciso esclarecer que, para o autor, a condição de assistido social configura uma posição de degradação social, de reconhecimento social e institucional da pobreza e do

pobre. O autor recorre a uma abordagem baseada em G. Simmel, na qual este último autor faz a associação entre pobreza e assistência. Assim, Paugan rejeita as formas tradicionais e empíricas de definição da pobreza em favor de uma definição institucional: os pobres são aqueles que institucionalmente são reconhecidos como tal, através da concessão da assistência social.

É a partir do momento em que passam a ser assistidos, talvez mesmo quando sua situação poderia normalmente lhes dar direito à assistência, mesmo antes desta ser concedida, que eles se tornam parte de um grupo caracterizado pela pobreza (SIMMEL, *apud* PAUGAN, 2003, p. 54-55).

O que Paugan enfatiza em seu trabalho é que o reconhecimento social e institucional do pobre é uma degradação de *status*, pois é o reconhecimento social da incapacidade do indivíduo, tanto em relação à classe (renda ou poder econômico), ao *status* (prestígio e capital social) e ao poder (WEBER, 1971). Assim, não serão todos que irão aceitar esta condição da mesma forma. Principalmente, porque a aceitação da posição de pobre implica no aprendizado dos papéis sociais a ele atribuídos e do estabelecimento de uma relação específica com o assistente social.

Segundo o autor, são os assistentes sociais os profissionais responsáveis pela designação institucional do *status* de pobre. Aos assistentes sociais cabe realizar um diagnóstico e construir uma biografia da situação que será oficialmente reconhecida, além de estabelecer metas de "reabilitação social", abrindo, aos usuários, direitos, acesso a renda e a obtenção de múltiplas vantagens; o usuário, por outro lado, pode ou não aceitar as imposições institucionais designadas pelo assistente social de controle e regulação de sua vida privada.

Há, na designação do pobre e na aceitação desta nomeação, interesses em jogo que podem estar em conflito ou se somarem. Paugan parte da seguinte hipótese:

[...] as classes auxiliadas ou assistidas negociam a inferioridade do seu *status* tentando, por exemplo, reinterpretar os traços negativos que o definem ou elaborar racionalizações para aceitar, ainda que temporariamente, as conseqüentes imposições (PAUGAN, 2003, p. 60).

Toda a argumentação do autor recai sobre as formas de negociação do *status* do pobre, tendo como parâmetro o ponto de vista deste último. Vale ressaltar, outrossim, a forma como o autor concebe a posição do assistente social nesta negociação: partindo do trabalho de Verdès-Leroux (1982), afirma o autor que os grupos populares desfavorecidos são

[...] vítimas de seu [dos assistentes sociais] etnocentrismo de classe. Provenientes na maioria das vezes das camadas médias, analisam os traços característicos do modo de vida das classes populares como patológicos, o que tem por efeito, entre outros, enquadrar na assistência a fraca inferior e não qualificada dos operários, e assim estabelecer sua segregação. Para impingir seu sistema de valores e se impor à população que constitui o 'alvo' da ação social, exercem uma violência simbólica (PAUGAN, 2003, p. 58).

Uma vez mais, os valores dos assistentes sociais voltam a ser considerados relevantes para o entendimento da ação assistencial por eles realizada. O ponto agora analisado está na negociação do status do pobre. Uma vez mais, coloca-se a questão: que valores estão na base da ação dos assistentes sociais? Todos os assistentes sociais provêm das camadas médias da população, como afirma o autor, tendo como parâmetro a realidade francesa? Só os valores de classe interferem na prática profissional? E mais especificamente, se os "assistidos" negociam com os "assistentes sociais" o status do pobre, em que bases ocorrem estas negociações?

Como se pode observar, a argumentação de Paugan, ao mesmo tempo que reconhece a relevância dos valores dos assistentes sociais em suas práticas, não deixa de enfatizar a ação racional e instrumental de suas atividades. Os valores estão subjacentes às racionalidades estabelecidas no próprio fazer profissional e ficam, assim, encobertos por uma aparente objetividade.

O ponto defendido por Himmelfarb (1991) reafirma a posição que pode ser depreendida do pensamento de Paugan. Para a autora, a assistência nascida na Inglaterra da era vitoriana deve ser vista como uma ação de compaixão (CAPONI, 2000). Entretanto, o

conceito de compaixão defendido pela autora, se reporta a uma ação instrumental e não afetiva ou baseada em valores. Para a autora, a visão afetiva da compaixão, relacionada aos sentimentos despertados pelas extremas condições de dificuldade, faz parte das ações caritativas e benevolentes, mas não da assistência social propriamente dita. É a compaixão sentimental que torna o pobre um dependente das ações de caridade.

Os reformadores sociais do final do século XIX na Inglaterra, não eram nem sentimentais nem utópicos em suas preocupações públicas e privadas. Eles queriam dar senso de proporção à compaixão; fazendo com que esta fosse compatível com os fins das políticas sociais. Isto significava dar um conteúdo mais racional que sentimental à compaixão, mas científico que emotivo. Himmelfarb chega a classificar este novo tipo de compaixão, como uma compaixão “propriamente entendida”, fazendo menção ao conceito tocquevilliano de “interesse bem compreendido”.

Para Tocqueville (1987) o interesse não necessariamente se caracteriza como uma ação egoísta. A ação baseada no interesse “bem compreendido” é aquela em que a pessoa faz o bem ao próximo sem que isso seja motivo de um auto-sacrifício ou um auto-flagelo; ao mesmo tempo em que ela ajuda ao outro ela beneficia a si mesma. Para o autor, “os moralistas americanos não pretendem que seja necessário sacrificar-se aos semelhantes porque é grandioso fazê-lo” (TOCQUEVILLE, 1987, p. 401). Trata-se de uma ação racional em que há senso de proporção entre meios e fins, do que é bom para os outros e do que é bom para mim mesmo. Ainda para Tocqueville, “[...] acredita-se afinal perceber que o homem, servindo aos seus semelhantes, serve a si mesmo, e seu interesse particular é fazer o bem” (1987, p. 401).

É a partir deste entendimento que Himmelfarb trata a compaixão, agora traduzida na forma moderna de assistência social. Não se faz mais o bem pelo bem, como resultado de um impulso emotivo, mas se atua buscando as formas racionais de fazê-lo, mesmo que estas possam terminar ferindo os sentimentos daqueles que a fazem. O que importa, ao fim e ao cabo, são os resultados obtidos e a melhor adequação entre os interesses privados e os interesses públicos, e não o extravasamento do sentimento. Isto não significa que deixava de lado o sentimento na ação, mas que ela era, ao mesmo tempo, apaixonada e

desapaixonada. "Compassion, properly understood, was at same time passionate and dispassionate" (HIMMELFARB, 1991, p. 6).

A autora, com estas observações, recoloca a questão entre a ação assistencial ser uma ação baseada em valores ou uma ação racional. Desde os pioneiros do Serviço Social profissional, época de foco do trabalho de Himmelfarb, a ação filantrópica/beneficente religiosa e voluntária difere da assistência social, pois esta última torna-se um campo de trabalho profissional. O campo das profissões é o espaço para expressão dos sentimentos ou da razão?

Colocada a questão nestes termos, parece sem dúvida que a resposta deveria ser para o segundo caso e não o primeiro. Conforme a análise weberiana, as profissões são atividades que demandam o aprendizado de alguma qualificação para o seu desenvolvimento, assim como são a fonte econômica de recursos para a manutenção do indivíduo. Para Weber, "chamamos 'profissão' aquela especificação, especialização e combinação dos serviços de uma pessoa que, para esta, constituem o fundamento de uma possibilidade contínua de abastecimento ou aquisição (WEBER, 1994, p. 91; ver também DUBAR, 2005; BONELLI, 1999).

Toda a argumentação anterior foi para evidenciar que a resposta, neste caso particular, não é tão óbvia assim. Mesmo porque, a literatura brasileira, posterior ao período tratado por Himmelfarb, aponta para a ação moralizadora dos assistentes sociais frente aos seus usuários. Há estudos que mostram que todas as vertentes de análise da profissão tiveram valores religiosos na mediação de suas análises (ALMEIDA, 1989; CBCISS, 1986; SILVA, 1991; DIEESE, 1995).

Se a argumentação a favor da mediação dos valores tem sentido para o entendimento da ação assistencial desenvolvida pelos assistentes sociais, isto se deve aos baixos recursos técnicos que a profissão demanda, assim como à inespecificidade do conhecimento que lhe é pertinente, gerando um enorme espaço para que os valores dos profissionais se manifestam na prática (NETTO, 1992). Por outro lado, o fato de a assistência tornar-se uma profissão, ou seja, fonte de renda, enriquecimento e mobilidade social, termina situando a ação no campo da ação racional. Ainda que os valores sejam mobilizados para a ação

profissional, estes estarão subordinados aos fins da ação, mesmo que estes fins sejam exclusivamente, a manutenção do trabalho.

Considerações

Para que se chegue a um bom termo sobre as questões relativas à relação entre o perfil profissional e a prática desenvolvida pelos assistentes sociais é preciso se investigar mais a fundo, com pesquisas qualitativas e de observação participante, as atividades por eles desenvolvidas. Além disso, independente do resultado a que se chegue, o que está em questão é a relevância de se investigar o perfil profissional dos assistentes sociais. Seja como um meio (ação racional/ instrumental), como um fim (ação emocional, ou racional baseada em valores), os valores e sentimentos dos profissionais estão presentes nas suas práticas. É preciso saber quais são eles, como eles se expressam e com que intensidade, se direta ou indiretamente.

SIMÕES, P. Why to study the Professional Profile?. *Serviço Social & Realidade* (Franca), v. 17, n. 1, p. 47-64, 2008.

- *ABSTRACT: The present article attempts to discuss the existent relationships between the social workers professional profile and the practice developed by them. Nationally as well as internationally the professional profile is focused, in a privileged way, through the discussion of gender and religion. However, little relevance is given to elements as the motivation for the entrance in the course, the relationship between the professional profile and the assistance action and the moral links existent between the social workers and their users. All the argument presented in the text has as a parameter the debate about the social workers' action in the literature of the Social Sciences. Besides, a central subject guides the whole text: the values which the social workers have are a way or the end of the professional action?*
- *KEYWORDS: Professional Profile; Social Service; Values; Rational Action.*

Referências

ALMEIDA, A. A. *Possibilidades e Limites da Teoria do Serviço Social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

BACKX, S. *Serviço Social: reexaminando sua História*. Rio de Janeiro: JC Editora, 1994.

- BONELLI, M. G. Estudos sobre Profissões no Brasil, in: Micelli, S. (org.) *O Que se Ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*. São Paulo, Sumaré: ANPOCS: CAPES, 1999 [Sociologia, v. 2].
- BOUDON, R. *Effets Pervers et ordre social*, France: Presses Universitaires de France, 1977.
- _____. *L'inégalité des chances: la mobilité sociale dans les sociétés industrielles*. Paris: Librairie Armand Colin, 1973.
- _____. *Traité de Sociologie*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992.
- BOURDIEU, P. *Distinction: a social critique of the judgment of taste*. Cambridge: Harvard University Press, 1984.
- _____. *A Economia das Trocas Simbólica*, 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- BROOK, E.; DAVIES, A. *Women, the family and social work*. USA: Tavistock Publications, 1985.
- CANDA, E.; FURMAN, L. *Spiritual Diversity in Social Work Practice: the heart of helping*. New York: Free Press, 2000.
- CAPONI, S. *Da compaixão à solidariedade*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000.
- CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. *Relações Sociais e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1982.
- CASTEL, R. *Les Métamorphoses de la question Sociale*. France: Librairie Arthème Fayard, 1995.
- CBCISS. *Teorização do Serviço Social*, 2. ed. Rio de Janeiro: Agir/CBCISS, 1986.
- CFESS. *Assistentes Sociais no Brasil*. Brasília/DF: CFESS, 2005.
- CHRISTIE, A. Is social work a 'non-traditional' occupation for men? *British Journal of Social Work*, 28, p. 491-510, 1998.
- CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL, CFESS. [DOU, n. 60 de 30/03/1993, Sessão I, p. 4004-4007 e alterado pela Resolução CFESS No. 290, publicada no DOU de 11/02/1994], 1993.

- COELHO, E. C. *As Profissões Imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- CROMPTON, M. *Children, Spirituality, Religion and Social Work*. England: Ashgate Publishing Limited, 1998.
- DIEESE. *Serviço Social: trajetória e perspectivas*. Rio de Janeiro: Dieese, 1995.
- DUBAR, C. *A Socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2005.
- GUIMARÃES, S. J. Serviço Social e Igreja Católica – entre o social e o religioso: vínculos e relações nos anos 80 e 90. *Praia Vermelha*, 12, p. 176-201, 2005.
- HECKERT, S. M. R. Identidade e Mulher no Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, 36, p. 55-73, 1991.
- HIMMELFARB, G. *Poverty and Compassion*. New York: Alfred A. Knopf, 1991.
- HOOKE, M. V.; HUGEN, B.; AGUILAR, M. (ed.) *Spirituality within Religious Traditions in Social Work Practice*. Canada: Books/Cole, 2001.
- HUGEN, B. *Christianity and Social Work*. USA: North American Association of Christians in Social Work, 1998.
- LEGAULT, G. Intervenção Feminista e Serviço Social. *Serviço Social e Sociedade*, 37, p. 107-128, 1991.
- LOEWENBERG, F. M. *Religion and Social Work Practice in Contemporary American Society*. New York: Columbia University Press, 1988.
- MARSHALL, T. H. *Social Policy*. London: Hutchison & Co, 1965.
- MOSS, B. Spirituality: a personal perspective, in: Thompson, N. (ed.) *Loss and Grief: a guide for human services practitioners*. Great Britain: Bristol, 2002.
- NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. *Pierre Bourdieu: escritos de educação*, 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

- ORME, J. Feminist Social Work, in: Adams, R, Dominelli, L. & Payne, M, *Social Work: themes, issues and critical debates*. 2a. ed, Great Britain, Palgrave, 2002.
- PAUGAM, S. *A Desqualificação Social*. São Paulo: Educ: Cortez, 2003.
- PHILPOT, T. *Social Work: a Christian Perspective*. Australia, Albatross Books Pty, 1986.
- SANTOS, Y. M. F. Mulher e Assistência: as afinidades eletivas. *Praia Vermelha*, 10, p. 150-173, 2004.
- SCOURFIELD, J. B. Reflections on gender, knowledge and values in social work, *British Journal of Social Work*, 32, p. 1-15, 2002.
- SENNETT, R. *Autoridade*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SILVA, M. L. *Aproximação do Serviço Social à Tradição Marxista*. São Paulo: PUC-SP, v. 1 e 2, 1991 [Tese de Doutorado].
- SILVA, M. L. C. N. Serviço Social, Caridade e Política de Assistência Social: aproximações e divergências. *Praia Vermelha*, 12, p. 202-225, 2005.
- _____. D. P. M. Condição Feminina: uma face oculta da identidade profissional do assistente social. *Em Pauta*, 2, p. 21-28, 1993.
- _____. Formação Profissional e o Gênero no Serviço Social. *Em Pauta*, 5, 24-34, 1995.
- SIMÕES, P. *Assistentes Sociais e Religião*. São Paulo: Cortez, 2005.
- _____. Religião e Política entre Alunos de Serviço Social (UFRJ). *Religião e Sociedade*, 27 (1), p. 173-192, 2007.
- TOCQUEVILLE, A. *A Democracia na América*. São Paulo: USP, 1987.
- _____. *Ensaio sobre a Pobreza*. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2003.
- VELOSO, R. No Caminho de uma reflexão sobre serviço social e gênero. *Praia Vermelha*, 4, p. 70-93, 2001.

VIEIRA, B. O. *Serviço Social: Precursores e Pioneiros*. Rio de Janeiro: Agir, 1984.

WALTON, R. G. *Women in Social Work*. London: Routledge & Kegan Paul, 1975.

WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

_____. *Economia e Sociedade*. Brasília/DF: UnB, 1994.

WILLIAMS, C. L. *Still a man's world: men who do 'women's work'*, London: University of California Press, 1995.

Artigo Recebido em 06/2008. Aprovado em 08/2008

